



Eunício destaca aprovações em economia e segurança

Presidente do Senado diz que a Casa termina o semestre em dia e prevê semanas de esforço concentrado, a partir de agosto, com definição de agenda de prioridades

O Senado termina o semestre com o dever cumprido, avaliou o presidente do Senado ontem, depois de o Congresso ter aprovado, na madrugada e dentro do prazo constitucional, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019. Ele ressaltou aprovações no Senado de projetos para melhorar a segurança pública e para ajudar na geração de renda e emprego. Os parlamentares entram de recesso em 18 de julho. Na volta, em agosto, devem fazer semanas de esforço concentrado, prevê Eunício, para votar propostas importantes, como a que altera a Lei Geral de Telecomunicações. **3**



Marcos Brambilla/Senado Federal

Presidente do Senado, Eunício resalta que Congresso encerrou os trabalhos, com votação da LDO, no prazo definido na Constituição pela terceira vez seguida

Gerardo Mangel/Agência Senado



Maradiles, da Aldeia Lima Campo, e senadora Regina Sousa em audiência

Promover autonomia indígena é dever do Estado, conclui debate

Os convidados de audiência na Comissão de Direitos Humanos defenderam que a promoção da autonomia dos povos indígenas é dever do Estado. Eles pediram iniciativas do governo para geração de renda e aumento do bem-estar de povos originários. Também querem que

os governantes deixem de considerar os povos indígenas como um empecilho ao desenvolvimento. Para eles, o desenvolvimento e a autonomia de cada comunidade devem ser pensados a partir das capacidades próprias de cada povo, como coleta ou criação de gado. **4**

CPI dos Maus-Tratos apresenta propostas para proteger crianças

Pena maior para quem cometer crime contra criança, punição mais rígida para profissional que deixar de comunicar violência ou abuso e inclusão da pedofilia entre os crimes hediondos são algumas das 26 propostas apresentadas ontem pelo presidente da CPI dos Maus-

-Tratos, Magno Malta. Outra iniciativa restringe a presença de menores em eventos.

As minutas de projetos deverão ser avaliadas em agosto pelo colegiado, que também pretende convocar para acareação o casal de pastores acusados pela morte dos filhos no Espírito Santo. **2**



Gerardo Mangel/Agência Senado

Presidente da CPI, Malta apresenta minutas de projetos, que serão avaliadas

Projeto viabiliza privatização de seis elétricas

A proposta que permite isenção da conta de luz a famílias de baixa renda e abre caminho para privatização de seis distribuidoras de energia elétrica controladas pela Eletrobras chegou ao Senado. O texto a ser analisado é um substitutivo aprovado na Câmara. **3**

Eleita comissão representativa durante recesso

Os senadores que farão parte da Comissão Representativa do Congresso Nacional foram eleitos na quarta-feira. A comissão funcionará durante o recesso parlamentar e exercerá atribuições de caráter urgente que não possam aguardar o reinício do período legislativo. **3**



www.congressonacional.leg.br

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.



CPI dos Maus-Tratos apresenta 26 propostas

Entre as minutas de projetos, estão pena maior para crime ou abuso contra criança ou adolescente, punição para quem não comunicar violência e restrições à presença de menores de idade em eventos

O PRESIDENTE DA CPI dos Maus-Tratos, senador Magno Malta (PR-ES), apresentou ontem 26 minutas de projetos de lei ao Senado. Os textos poderão começar a tramitar no início de agosto, após aprovação de relatório parcial na CPI.

Diversas propostas buscam tornar mais duras as punições contra responsáveis por crimes ou abusos contra menores de 18 anos. Uma delas torna a pedofilia crime hediondo. Outra altera o Código Penal para aumentar a pena por homicídio em um terço quando for praticado contra criança. No caso de estupro de vulnerável seguido de morte, a pena deverá ser de 20 a 30 anos de prisão.

Também é proposto aumentar o valor de multas a médicos, professores ou responsáveis por estabelecimentos escolares ou de saúde que deixarem de comunicar à autoridade competente casos de que tenham conhecimento envolvendo suspeitas ou confirmação de maus-tratos contra menores.

Um outra proposta obriga que qualquer pessoa que tenha conhecimento ou pre-

sencie ação de violência contra crianças e adolescentes terá o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento de denúncias, ao Conselho Tutelar ou à polícia. Esses, por sua vez, deverão oficial imediatamente o Ministério Público. Quem assim não fizer poderá responder por omissão de socorro ou, no caso de servidor público, por prevaricação e improbidade administrativa.

Presença em eventos

Um dos textos altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069, de 1990) para proibir a entrada de crianças e adolescentes em bailes funk e eventos com livre fornecimento de bebidas alcoólicas. Malta propõe também mudar o ECA para conceder poder à autoridade judiciária para disciplinar em portaria ou autorizar por alvará a presença de menores de 18 anos desacompanhados de seus pais em cinemas, teatros e mostras de arte.

Na área da educação, a CPI propõe a instalação de câmeras de monitoramento para

que uma escola possa obter a licença de funcionamento. É proposta ainda a presença de psicólogos no quadro funcional das escolas e a inclusão de competências socioemocionais como tema transversal nos ensinamentos fundamental e médio.

Outra iniciativa que pode ser aprovada altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210, de 1984) para que o preso condenado por crime hediondo ou contra criança ou adolescente só possa receber visita de menores de idade uma vez por ano.



Comissão presidida por Magno Malta avaliará os projetos em agosto

Comissão fará acareação de acusados pela morte de filhos

Magno Malta deverá se encontrar com o juiz André Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares (ES) e responsável pelo processo do casal de pastores George Alves e Juliana Salles, acusado de assassinar duas crianças. Depois da reunião com o juiz, o senador pretende fazer uma acareação entre os acusados no início de agosto na CPI, após o recesso.

Para a polícia, George Alves estuprou, agrediu e matou seu filho Joaquim Alves, de 3 anos,

e o enteado Kauã Salles, de 6. Ele está preso. Juliana também foi presa, após a Justiça acatar denúncia do Ministério Público de que ela sabia dos abusos sexuais cometidos por seu marido contra os próprios filhos, e que foi omissa.

Malta afirmou que os requerimentos para a convocação do casal já estão aprovados.

— Segundo as investigações, outras cinco crianças também podem ter sido abusadas por esse criminoso. Como pode

uma pessoa atingir tal nível de crueldade, abusar e queimar vivos os próprios filhos? Vou até o fim nessas investigações — afirmou o senador.

Outro caso prioritário para a CPI em agosto será aprofundar investigações sobre uma rede de abuso sexual de menores nas cidades de Itapajé e Sobral, no Ceará. O senador recebeu um dossiê sobre suposta omissão na investigação desses casos, que envolveriam políticos, religiosos e educadores.

Gurgacz defende investimento nas pequenas empresas

A importância das micros e pequenas empresas para o crescimento econômico foi destacada por Acir Gurgacz (PDT-RO). Segundo dados divulgados pelo Sebrae e pelo IBGE, citados pelo senador, esses empreendimentos representam 27% do PIB e são responsáveis por pelo menos 60% dos quase 100 milhões de empregos no país.

— São as micros e pequenas empresas que resistem às crises cíclicas da economia. Temos que apoiar os empreendedores individuais, as pequenas e médias empresas.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ataídes critica juros e aponta cartel de bancos no Brasil

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) comentou o fim da CPI dos Cartões de Crédito, com a aprovação do relatório de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Presidente da CPI, Ataídes ressaltou que um dos objetivos foi investigar os motivos pelos quais os juros dos cartões de crédito rotativos chegam a 850% ao ano.

Na opinião do senador, existe um cartel bancário no Brasil, formado por cinco principais instituições: Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa Econômica Federal.



Genildo Magela/Agência Senado

Benedito cobra venda de remédio veterinário genérico

Benedito de Lira (PP-AL) cobrou agilidade do governo para que seja possível a venda de remédios veterinários genéricos. De acordo com o senador, a espera do setor agropecuário já dura 15 anos, desde quando ele, como deputado, apresentou projeto sobre o tema.

O texto, apresentado em 2003, só foi aprovado pelo Congresso em 2012 e o decreto regulamentando a medida só veio em 2016, disse. Ainda assim, afirmou, os genéricos veterinários não são vendidos por “inação e negligência” do Ministério da Agricultura.



Genildo Magela/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDR Cultura do forró

9h Audiência em Parnamirim (RN) para discutir proposta de salvaguarda à cultura do forró, reconhecendo-a como Patrimônio Imaterial Cultural do Brasil.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão destinada a discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • **Alô Senado:** 0800 612211
 • **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Eunício: segurança e economia foram destaques

Presidente do Senado diz que a Casa cumpriu seu papel no primeiro semestre do ano e prevê esforço concentrado para votar propostas importantes a partir de agosto

COM A VOTAÇÃO do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019 na madrugada de ontem, o Congresso termina o primeiro semestre do ano em dia e sai com o sentimento de dever cumprido, disse o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Além de ressaltar o fato de encerrar os trabalhos no prazo estabelecido pela Constituição pela terceira vez seguida, ele destacou a aprovação de propostas importantes nas áreas de segurança pública e microeconomia.

O Congresso pode entrar em recesso parlamentar a partir de 18 de julho, com o retorno dos trabalhos agendado para 1º de agosto. O senador já havia anunciado antes que o Congresso não entraria em recesso branco — ocasiões em que, mesmo sem a aprovação da LDO, não acontecem atividades no Legislativo.

— Eu saio daqui com muita tranquilidade de que fizemos o que era possível ser feito e cumprimos a nossa obrigação. Nós aprovamos tudo na área de segurança pública, enviado para cá ou de iniciativa da Casa, para melhorar a segurança. Aprovamos tudo que fazia efeito no crescimento e na geração de emprego e renda — disse.

Ao agradecer aos senadores,



Eunício diz que Senado aprovou todos os projetos sobre microeconomia e segurança pública enviados à Casa

deputados, servidores e jornalistas pelo empenho dedicado aos trabalhos legislativos, Eunício falou sobre o privilégio de ter conduzido todas as sessões do Congresso do ano e lamentou ter se ausentado de algumas sessões do Senado por problemas de saúde.

Reajuste

Os congressistas decidiram retirar do texto da LDO, entre outros pontos, o dispositivo que proibiria a concessão de reajustes aos servidores e a criação de cargos no serviço público no próximo ano, ainda que com efeitos financeiros posteriores a 2019. Ao ser questionado sobre possíveis

impactos fiscais da medida, Eunício reforçou que caberá ao gestor de cada área adequar seu orçamento para não ultrapassar o teto de gastos. Ele citou o exemplo do Senado que no ano passado economizou R\$ 250 milhões sem cortar direitos de servidores e terceirizados.

O presidente também elogiou o trabalho do relator da LDO, senador Dalirio Beber (PSDB-SC), mas ressaltou que a decisão final sobre os projetos cabe ao conjunto dos parlamentares.

— O relator manteve o teto e a lei do teto permanece. Só que dentro do orçamento é livre a movimentação do gestor. Ele

pode colocar aumento de salário e cortar despesas. O Senado imaginava no ano passado que iria arrastar vários órgãos porque deu exemplo. Fez o dever de casa, não retirou direitos de seus trabalhadores e devolvemos mais de R\$ 250 milhões aos cofres públicos para saúde e educação — apontou.

Impacto fiscal

Indagado sobre outras propostas aprovadas que podem ter impacto nas contas públicas, Eunício frisou que muitas delas foram encaminhadas pelo Executivo, como a MP que estabelece preço mínimo para o frete — que abre brecha para anistiar multas de trânsito e

judiciais aplicadas na greve. O Congresso também derrubou o veto ao projeto que instituiu o Refis para pequenas e microempresas.

— Todas as matérias que se referem a anistia, aumento de gastos e que se referem a Refis vieram do Executivo. Não nasceram no Parlamento, mas é próprio da democracia, da Casa, emendar, mudar leis.

Volta do recesso

Eunício indicou que fará reuniões com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para definir os projetos prioritários para o retorno em agosto. Devido à proximidade das eleições, Eunício pretende convocar semanas de esforço concentrado.

— Nós devemos fazer esforços concentrados no mês de agosto. Pelo menos dois para votarmos matérias pendentes no meio de setembro e vamos para as eleições em outubro — explicou presidente.

Também devem ganhar prioridade na pauta o projeto que altera a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), o chamado “projeto das teles”. Ele espera ainda que seja resolvida a questão da intervenção do Rio de Janeiro para abrir caminho para votação de propostas de emenda à Constituição.

Eleitos os senadores que farão parte da Comissão Representativa no recesso

Foram eleitos na quarta-feira os senadores que farão parte da Comissão Representativa do Congresso Nacional, que funcionará durante o recesso parlamentar, que começa na quarta-feira e vai até o dia 31.

Os parlamentares, indicados pelas lideranças partidárias, exercem as atribuições de caráter urgente que não possam aguardar o reinício do período legislativo, em agosto. Os integrantes da comissão são eleitos separadamente no Senado e na Câmara, respeitando-se a proporcionalidade partidária.

Comissão Representativa

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria • Airton Sandoval (MDB-SP) • Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)	• Dário Berger (MDB-SC) • Romero Jucá (MDB-RR)
Bloco da Social Democracia • Dalirio Beber (PSDB-SC)	
Bloco Democracia e Cidadania • Cristovam Buarque (PPS-DF)	• Rudson Leite (PV-RR)
Bloco Resistência Democrática • José Pimentel (PT-CE)	• Paulo Rocha (PT-PA)
Bloco Democracia Progressista • Otto Alencar (PSD-BA)	• Ana Amélia (PP-RS)

Chega ao Senado projeto que viabiliza privatização de elétricas

Começou a tramitar no Senado a proposta, aprovada na terça-feira pela Câmara, que permite isenção da conta de luz a famílias de baixa renda e viabiliza a privatização de seis distribuidoras de energia elétrica controladas pela Eletrobras. O PLC 77/2018, do Executivo, vai passar pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Infraestrutura (CI).

O texto aprovado na Câmara é um substitutivo do relator, deputado Julio Lopes (PP-RJ), com mudanças em relação ao projeto original.

A proposição que será agora analisada pelos senadores modifica as regras da Tarifa Social para conceder gratuidade a famílias com renda mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo e com consumo máximo de até 70kwh/mês.

Atualmente, as reduções são calculadas de forma escalonada. O consumidor de baixa renda que consome até 30 kwh/mês, por exemplo, tem desconto de 65%, que cai para 40% a quem está na faixa de de 31 kWh a 100 kWh/mês. Os que estão na faixa de 101 kWh a 220kwh têm apenas 10%. As famílias beneficiadas com a medida deverão estar incluídas no Cadastro Único dos programas sociais do governo.

Durante a votação na Câmara, o relator garantiu que não haverá impacto nas contas públicas, pois o benefício será custeado pela Conta de Desen-

volvimento Energético (CDE), que é um fundo setorial com o objetivo de custear políticas públicas do setor elétrico brasileiro, tais como universalização do serviço e concessão de descontos tarifários.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o orçamento da CDE para 2018 deve ficar em R\$ 18,8 bilhões. Cerca de R\$ 16 bilhões vêm dos consumidores. O restante vem de pagamentos anuais realizados pelos concessionários a título de uso de bem público (UBP), de multas aplicadas pela Aneel e da transferência de recursos do Orçamento Geral da União.

Se aprovado, o projeto também vai abrir caminho para a privatização de distribuidoras, uma vez que resolve uma série de pendências jurídicas e adota providências para atrair investidores, proporcionando atratividade para as empresas.

As seis distribuidoras sob controle estatal são Amazonas Energia, Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Companhia de Energia do Piauí (Cepisa), e Boa Vista Energia, de Roraima. Todas enfrentam dificuldades financeiras e operacionais.

Outras determinações do PLC 77/2018

- * No Luz Para Todos, em regiões remotas e distantes das redes de distribuição, os pedidos de instalação serão de graça para quem tiver consumo mensal igual ou inferior a 80 kWh. Hoje há gratuidade para unidades consumidoras de até 50kW
- * Permite a prorrogação de contratos de fornecimento de energia elétrica sem leilão por um prazo superior aos 36 meses estipulado em lei
- * Diminui de cinco para três anos o prazo para que as empresas geradoras, distribuidoras ou transmissoras se manifestem pedindo a prorrogação de sua concessão antes do término
- * Atualiza o preço de gás natural fornecido às termelétricas participantes do Programa Prioritário de Termelétricas (PPT). O preço do contrato é de US\$ 4 por milhão de BTU (unidade de medição energética do gás), enquanto o preço de mercado é em torno de US\$ 7. Devido à defasagem, a Petrobras, que é a fornecedora, vem rompendo contratos e rompendo o fornecimento do insumo. A diferença de preço deverá sair de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)
- * Autoriza as concessionárias que aceitaram os termos de prorrogação de seus contratos por meio da Lei 12.783, de 2013, a repassarem o custo do risco hidrológico à tarifa. O risco hidrológico é aquele decorrente do regime sazonal de chuvas, que pode levar a um nível baixo dos reservatórios, de modo a não permitir à geradora usar de forma segura toda a água para gerar energia suficiente e necessária para honrar suas obrigações

Debate: país deve promover autonomia indígena

Especialistas consideram que o governo deve parar de ver os índios como empecilhos ao desenvolvimento e passar a oferecer iniciativas para geração de renda e bem-estar

A PROMOÇÃO DA autonomia dos indígenas é dever do Estado, defenderam ontem os convidados de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Requerida pela presidente do colegiado, Regina Sousa (PT-PI), a reunião teve como objetivo debater a promoção de autonomia de comunidades indígenas com iniciativas que visem à geração de renda e ao aumento do bem-estar de povos originários.

Assessor jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Luiz Eloy disse que os governantes veem os povos indígenas como um empecilho ao desenvolvimento. Segundo ele, é preciso que o Estado promova o etnodesenvolvimento.

— O etnodesenvolvimento é pensado não a partir do ponto de vista econômico, mas das especificações de cada etnia indígena. Há povos indígenas coletadores ou criadores de gado, por exemplo. O desenvolvimento e a autonomia dessas comunidades devem ser pensados a partir dessas capacidades — explicou.

O líder da Aldeia Lima Campo em Ponta Porã (MS), Maradiles de Souza, contou que eles chegaram na região em 1998 e, desde então, só conseguiram água, energia e um posto de saúde.

— Recebemos cesta básica do governo uma vez por mês, mas gostaríamos de desenvolver algo para não depender só dessa cesta. Temos trator e calcário, mas não temos óleo diesel pra começar a plantação — disse.

Souza também chamou a atenção para a necessidade da construção de uma escola na aldeia. Segundo ele, a escola rural mais próxima fica a 30 quilômetros de distância. Além disso,



Luiz Eloy, Antonio Urquiza, Maradiles de Souza, Regina Sousa, Omar Taleb e Daniele Osório em debate na Comissão de Direitos Humanos

disse ele, seria importante para a comunidade a construção de um ginásio coberto e com iluminação para o lazer.

Cesta básica

A defensora pública federal Daniele Osório disse que a distribuição de cestas básicas a povos indígenas em Mato Grosso do Sul é feita por meio do Programa Vale Renda. Segundo ela, tem acontecido cortes nos recursos e paralisação no fornecimento para algumas famílias.

— A cesta básica distribuída pelo governo possui alimentos que não fazem parte do hábito do índio. Nós da Defensoria temos ouvido relatos de agente de saúde dizendo que já há casos de subnutrição com sobrepeso. Ou seja, a escolha dos alimentos da cesta tem um impacto muito grande

para essas comunidades — contou.

Para Regina Sousa, a cultura da cesta básica no Brasil é humilhante e precisa ser combatida.

— São alimentos de péssima qualidade, pois estão armazenados há muito tempo e, na maioria das vezes, estão perto da data de vencimento — criticou a senadora.

Erva-mate

No debate, foi apresentada a iniciativa do engenheiro e produtor rural Omar Taleb, que desenvolve a produção de erva-mate com a mão de obra da Aldeia Lima Campo.

— Além da geração de renda e da autonomia, a produção da erva-mate serve como indutor do resgate da cultura dos índios de Mato Grosso do Sul. Agora, estamos realizando parceria

com a Embrapa para pesquisa de novas espécies que possam ser cultivadas no mesmo espaço, pois o primeiro corte da erva só acontece depois de cinco anos do plantio — explicou.

Segundo o antropólogo e professor Antonio Hilario Urquiza, a erva-mate é tradicional dos povos guaranis, por isso, condiz com a cultura indígena de preservação ao meio ambiente. Para ele, o projeto do Omar Taleb incentiva a produção agrícola e promove a autonomia indígena.

— É importante identificar as características positivas desse projeto. O projeto respeita o ritmo da comunidade na execução. Além disso, houve uma conversa antecipada com a comunidade e uma consulta a agentes da Funai e especialistas no assunto antes da implantação do projeto — elogiou.

Requião denuncia "ativismo judicial existente no Brasil"

Roberto Requião (MDB-PR) denunciou ontem o ativismo judicial existente no Brasil.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O senador informou que a sua ação contra a política de preços de combustíveis praticada pela Petrobras anda lentamente enquanto juízes federais decidem velozmente assuntos como o habeas corpus concedido ao ex-presidente Lula no domingo passado.

— Por que não foi citada ainda a Petrobras? Parece que nós temos um Judiciário que funciona sem o respeito das leis e das suas regras.

Na avaliação de Requião, independentemente do mérito do habeas corpus, o desembargador Rogerio Favreto, como plantonista do TRF-4, tinha legitimidade para determinar a soltura de Lula. Já o juiz Sérgio Moro e o desembargador Gebran Neto, segundo ele, extrapolaram suas prerrogativas para impedir.

Lindbergh Farias sugere assembleia constituinte

Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu ontem a refundação do Estado brasileiro. Para isso,



Edilson Rodrigues/Agência Senado

segundo ele, seria necessária a convocação de Assembleia Nacional Constituinte, que fosse capaz de reformar os Poderes Judiciário e Legislativo, os sistemas tributário e político e democratizar os meios de comunicação, que estão hoje sob o comando de poucos grupos empresariais.

Na opinião dele, com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, houve uma ruptura do pacto democrático construído pela Constituição de 1988, e o país assiste agora a um neoliberalismo radical, que ataca os mais variados direitos da população.

— De pouco valerá eleger em outubro um novo presidente que vai ficar refém desse Congresso, que só atende interesses de grandes conglomerados financeiros.

Kátia Abreu elogia atuação da ativista paquistanesa

Kátia Abreu (PDT-TO) destacou ontem a visita ao Brasil da ativista paquistanesa Malala



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Yousafzai, ganhadora do Nobel da Paz de 2014. A senadora lembrou a luta da jovem, que roda pelo mundo defendendo os direitos das mulheres à educação. Malala tornou-se conhecida após ser baleada na cabeça por fundamentalistas religiosos ao sair da escola, quando tinha 15 anos.

A senadora elogiou a postura da jovem, que disse que sua "vingança" será educar inclusive as irmãs e filhas daqueles que a atacaram. Malala afirmou haver uma equação mundial: quanto menos estudo, mais pobreza.

— Ela montou uma fundação para lutar pela educação das mulheres. Quase 16 milhões de meninas entre 6 e 11 anos nunca vão estudar. Quero me aliar à Malala. Educação para emancipação das mulheres.

Rudson pede verba para a segurança pública de Roraima

Rudson Leite (PV-RR) afirmou que a violência em Roraima já existia, mas se agravou com a chegada dos venezuelanos. Ele observou que, por entrarem no estado desassistidos, esses imigrantes recorrem à criminalidade, sem que a polícia tenha condições de investigar.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Rudson solicitou do governo federal a aplicação dos R\$ 190 milhões destinados ao acolhimento humanitário dos venezuelanos previstos na Medida Provisória 823/2018, cujo prazo acabou em 9 de julho.

O senador afirmou que segurança se resolve com pessoal, equipamentos e tecnologia. Ele também apontou a importância da parceria entre os agentes e a população para a redução dos índices criminais.

— É preciso uma boa gestão para que ela funcione, e não só da segurança, mas da saúde, da educação, em tudo o que envolve a questão pública.

Chaves defende criação de polícia para fronteiras

Defensor de proposta de emenda à Constituição que cria a Polícia Nacional de Fronteiras, Pedro Chaves (PRB-MS) disse que a medida pode contribuir para o fim da violência. Ele lembrou que é pelas fronteiras que entram as armas e as drogas que financiam o crime organizado. A PEC 534/2002 tramita na Câmara.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

— Se fecharmos o cerco na fonte, secamos a torrente de violência que infelizmente tem ganhado cada vez mais volume no Brasil e se espalhado por todo o território nacional — afirmou, lembrando que Mato Grosso do Sul tem 1.500 quilômetros de fronteira com o Paraguai e a Bolívia.

Para ele, é por isso que sete cidades sul-mato-grossenses fazem parte da rota do tráfico de armas e drogas, segundo relatório da CPI da Violência Urbana, que funcionou há oito anos na Câmara.